



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TARDE

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ARQUIVISTA - ARQUIVOLOGIA

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 60 questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Será coletada a impressão digital de todos os candidatos em campo específico da lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

Texto – A bananeira está em perigo. Conheça as soluções. (Fragmento; adaptado)

Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo. Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasara a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.

Por Bruno Garattoni, Renata Cardoso e Leonardo Pujol

§1º Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado. O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado, do seu déficit cognitivo (só começou a falar aos 4 anos de idade) e dos muitos problemas de saúde que enfrentou ao longo da vida.

§2º A bananeira é o oposto disso. Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: a banana é a fruta mais consumida do mundo, com 125 milhões de toneladas produzidas por ano [...].

§3º Carlos II foi o resultado de uma série de casamentos consanguíneos, em que os membros da dinastia Habsburgo tiveram filhos entre si ao longo de várias gerações. [...] Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças.

[...]

§4º A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir. E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.

§5º Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior. Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes, cuja mistura aperfeiçoa o DNA e ajuda a proteger contra doenças. As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.

§6º E já existe um: o *Fusarium oxysporum*. Trata-se de um fungo que se desenvolve no solo, e infecta as raízes das bananeiras, impedindo que elas puxem água e nutrientes.

§7º Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.

[...]

O preço da banana

[...]

§8º A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático. Acredita-se que, entre 7 mil e 5 mil a.C., os nativos da Papua-Nova Guiné teriam feito cruzamentos e domesticado as bananeiras selvagens (cheias de sementes duras, de quebrar os dentes). E voilá: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.

§9º Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes: trata-se de óvulos não fecundados. Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.

[...]

§10º Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...].

§11º Foi quando ela chegou aos EUA, contudo, que a coisa mudou de patamar. [...] Em menos de duas décadas, os americanos já estavam comendo mais bananas do que maçãs ou laranjas. De olho nesse mercado, a Boston Fruit Company começou a comprar terras na América Central para cultivo e exportação da banana a partir de 1885.

§12º Criada em 1899, a United Fruit Company (UFC) – atual Chiquita Brands International – se tornou a maior empresa do setor. Era tão poderosa que, na primeira metade do século 20, mandava nos governos da Guatemala e de Honduras, onde mantinha plantações – foi daí que surgiu a expressão “república das bananas”.

[...]

§13º Em 1951, Juan Jacobo Árbenz Guzmán, de apenas 38 anos, foi eleito presidente da Guatemala com a promessa de fazer duas reformas: uma trabalhista e outra agrária, que garantissem salários justos e devolvessem parte da terra aos pequenos agricultores.

§14º A United Fruit, obviamente, não gostou. Se opôs duramente ao novo governo, e em agosto de 1953 conseguiu convencer o presidente dos EUA, Dwight D. Eisenhower, a patrocinar um golpe de estado na Guatemala.

§15º A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens, liderados pelo coronel guatemalteco Carlos Castillo Armas, e também organizou um bloqueio naval.

§16º As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar. A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos. E a United retomou seu poder. [...]

Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/o-futuro-da-banana>

1

“Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (Texto 1, 3º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a desaconselhar a repetição de palavras, sob a alegação de que isso prejudicaria a eufonia do texto.

Na passagem acima, porém, a repetição do advérbio “mais” desempenha a função de indicar:

- (A) ressalva;
- (B) intensidade;
- (C) progressividade;
- (D) impessoalidade;
- (E) desfavorecimento.

2

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (Texto 1, 9º parágrafo)

Nessa passagem, o uso do pronome demonstrativo “aqueles” produz o efeito de:

- (A) evidenciar um equívoco dos papuásios;
- (B) exprimir concordância entre os cientistas;
- (C) expressar perplexidade quanto a uma tese;
- (D) simular proximidade entre enunciador e leitor;
- (E) levantar dúvida em relação a uma constatação.

3

No texto, predomina a função referencial, na qual o enunciador é invisibilizado e o conteúdo (ou referente) é colocado em foco.

Apesar disso, há passagens em que se pode constatar a presença da função emotiva, na qual o enunciador ganha proeminência na construção do discurso.

A única alternativa em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de função emotiva é:

- (A) “A United Fruit, obviamente, não gostou.” (14º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo);
- (C) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes.” (8º parágrafo);
- (D) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado.” (1º parágrafo);
- (E) “Nasce uma nova bananeira – que, eis o problema, é geneticamente idêntica à anterior” (5º parágrafo).

4

Textos produzidos em registro semiformal frequentemente apresentam usos que não obedecem às prescrições gramaticais.

Um exemplo dessa situação pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “Robusta, nutritiva e abundante, ela é a fruta mais consumida do mundo.” (Linha fina, situada abaixo do título);
- (B) “Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo);
- (C) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: [...]” (7º parágrafo);
- (D) “A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo);
- (E) “Se opôs duramente ao novo governo [...]” (14º parágrafo).

5

“A banana comestível teria surgido no sudoeste asiático.” (8º parágrafo)

“A Guatemala mergulhou em uma guerra civil que duraria 36 anos.” (16º parágrafo)

Nas duas passagens acima, o futuro do pretérito exprime significados distintos.

A alternativa em que o futuro do pretérito apresenta, respectivamente, os mesmos significados observados nas passagens acima é:

- (A) O acusado alegou que a vítima teria reagido. / Ele avisou que chegaria tarde;
- (B) Se eu fosse você, não viria. / Mesmo em uma situação dramática, ele não colaboraria;
- (C) Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos. / Quem aceitaria uma proposta dessas?!
- (D) Você me ajudaria com esse problema? / Antigamente, eu achava que estaria rico aos 30 anos;
- (E) Ninguém te ajudaria, caso isso tivesse acontecido. / Naquele momento, eu não sabia que daria tudo certo.

6

“Aqueles pontinhos pretos dentro da banana, caso você esteja se perguntando, não são sementes [...]” (9º parágrafo)

Tipicamente, uma oração condicional expressa uma condição que precisa ser satisfeita para que uma determinada situação seja verdadeira. Na passagem acima, porém, isso não ocorre, o que caracteriza um uso não convencional da oração condicional.

A alternativa em que se verifica um uso não convencional, análogo ao da passagem acima, da oração condicional é:

- (A) Eu, caso ganhe na loteria, darei a volta ao mundo;
- (B) Se você estiver com fome, tem comida na geladeira;
- (C) Se acaso você viesse, eu não me conteria de felicidade;
- (D) Vou ajudá-lo com essa tarefa, ainda que você não mereça;
- (E) Posso até ir com você, mas desde que você se comporte.

7

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras.” (Texto 1, linha fina, situada abaixo do título)

Nessa passagem, os dois-pontos introduzem uma especificação.

Dentre os usos abaixo, o único em que os dois-pontos NÃO introduzem uma especificação, e sim uma explicação, é:

- (A) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (B) “Mas a prática teve uma consequência terrível: os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente [...]” (3º parágrafo);
- (C) “Isso porque os papuásios descobriram um método curioso para reproduzir a planta: bastava cortar e replantar um pedaço dela.” (9º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer: o *F. oxysporum* é imune a todos os agrotóxicos.” (7º parágrafo);
- (E) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada: o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo).

8

A conjunção “e” apresenta, primariamente, valor aditivo. Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que ela exhibe, adicionalmente, valor conclusivo é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa [...]” (2º parágrafo);
- (B) “E já existe um: o *Fusarium oxysporum*.” (6º parágrafo);
- (C) “[...] o agricultor simplesmente corta um pedaço dela e enterra em outro lugar.” (4º parágrafo);
- (D) “Após a infecção, o solo fica contaminado por mais de 30 anos, e não há nada a fazer [...]” (7º parágrafo);
- (E) “As tropas de Castillo invadiram o país em 18 de junho de 1954, o Exército não reagiu – e, nove dias depois, o presidente Guzmán acabou forçado a renunciar” (16º parágrafo).

9

Dentre as alternativas abaixo, o único caso em que o significado do elemento sublinhado foi identificado INCORRETAMENTE é:

- (A) “Mas a prática teve uma consequência terrível: [...]” (3º parágrafo) – oposição;
- (B) “E também significa que a planta se reproduz de forma assexuada” (4º parágrafo) – modo;
- (C) “Ela não tem, como Carlos II não teve, um pai e uma mãe com genes bem diferentes [...]” (5º parágrafo) – comparação;
- (D) “As bananeiras são clones – por isso, um único patógeno pode exterminá-las todas.” (5º parágrafo) – conclusão;
- (E) “Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana.” (10º parágrafo) – finalidade.

10

“Os séculos se passaram, e, à medida que as rotas comerciais foram se espalhando pelo mundo, o mesmo aconteceu com a banana [...]” (10º parágrafo)

Manuais de estilo tendem a condenar o uso da expressão “o mesmo” como estratégia para retomar um elemento citado anteriormente. Há casos, porém, como na passagem acima, em que esse uso não é problemático.

A alternativa em que o emprego de “o mesmo” é análogo ao da passagem acima, e conseqüentemente se mostra aceitável do ponto de vista estilístico, é:

- (A) O irmão do meu amigo saiu cedo, mas o mesmo nunca tem hora para voltar;
- (B) É melhor tomar cuidado com esse carro, porque o mesmo sempre dá defeito;
- (C) O mundo se mobilizou para derrotar a covid, mas o mesmo não ocorre com as doenças tropicais;
- (D) O Carlos sempre manda mensagem para o José; o mesmo, porém, nunca demonstra gratidão;
- (E) Eu comprei um livro maravilhoso há quase duas semanas, mas o mesmo ainda não foi entregue.

11

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com o acréscimo ou supressão de pelo menos uma vírgula.

O único caso em que essa alteração NÃO produz mudança substancial de significado NEM acarreta erro gramatical é:

- (A) “O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto estranhamente deformado [...]” (1º parágrafo) -> O apelido veio da aparência dele, que tinha o rosto, estranhamente, deformado;
- (B) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos o Enfeitiçado;
- (C) “Carlos II, rei da Espanha entre 1665 e 1700, também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado.” (1º parágrafo) -> Carlos II rei da Espanha entre 1665 e 1700 também era conhecido como Carlos, o Enfeitiçado;
- (D) “[...] os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente, e foram acumulando mutações causadoras de doenças” (3º parágrafo) -> Os descendentes ficaram mais e mais parecidos geneticamente e foram acumulando mutações causadoras de doenças;
- (E) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada cujas frutas nós comemos não tem sementes.

12

“A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.” (4º parágrafo)

A reescritura dessa passagem que NÃO gera erro gramatical é:

- (A) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso torna-a muito mais agradável de consumir;
- (B) A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes. Isso lhe torna muito mais agradável de consumir;
- (C) A bananeira domesticada, que as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (D) A bananeira domesticada, cujo as frutas nós comemos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir;
- (E) A bananeira domesticada, de cujas frutas nós nos aproveitamos, não tem sementes. Isso a torna muito mais agradável de consumir.

13

“Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas, clones umas das outras. Isso significa que uma doença poderia arrasar a produção mundial. Entenda o que ameaça a banana – e a corrida para tentar salvá-la.” (linha fina, situada abaixo do título)

Nas alternativas a seguir, há versões modificadas dos três períodos que compõem a passagem acima. A única modificação que acarreta erro quanto ao uso do acento grave é:

- (A) Mas também tem um ponto fraco: as bananeiras são geneticamente idênticas umas às outras;
- (B) Isso leva à conclusão de que uma doença poderia arrasar a produção mundial;
- (C) Isso significa que uma doença poderia causar prejuízos à produção mundial;
- (D) Entenda o que ameaça a banana – e o esforço para que se chegue à uma maneira de salvá-la;
- (E) Entenda o que traz ameaças à banana – e a corrida para tentar salvá-la.

14

Nas alternativas abaixo, vemos, à esquerda, uma passagem do texto 1 e, à direita, essa mesma passagem reescrita com uma modificação.

O único caso em que essa modificação NÃO produz erro quanto à flexão ou grafia de uma forma verbal é:

- (A) “Trata-se de uma planta robusta e viçosa, que cresce rápido e dá muitos frutos: [...]” (2º parágrafo) -> Tratam-se de plantas robustas e viçosas, que crescem rápido e dão muitos frutos;
- (B) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> As bananeiras domesticadas, cujas frutas nós comemos, não tem sementes;
- (C) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não possui sementes;
- (D) “A bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não tem sementes.” (4º parágrafo) -> Na bananeira domesticada, cujas frutas nós comemos, não há sementes;
- (E) “E voilà: desenvolveram bananeiras que produzem frutos sem sementes” (8º parágrafo) -> E voilà: desenvolveu-se bananeiras que produzem frutos sem sementes.

15

“A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, financiou e treinou 480 homens [...] e também organizou um bloqueio naval.” (15º parágrafo)

A única reescritura do período acima que preserva todas as relações de significado da passagem original é:

- (A) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, além de armar, financiar e treinar 480 homens, ainda organizou um bloqueio naval;
- (B) A operação, de codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que armou, a fim de financiar e treinar, 480 homens, e também organizou um bloqueio naval;
- (C) A operação, à medida que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA – a qual armou, financiou e treinou 480 homens e, por conseguinte, organizou um bloqueio naval;
- (D) A operação, que ficou conhecida como PBSuccess, foi organizada pela CIA, a qual armou, financiou e treinou 480 homens, embora tenha organizado um bloqueio naval;
- (E) A operação, que teve como codinome PBSuccess, foi organizada pela CIA – que, no entanto, armou, financiou e treinou 480 homens e também organizou um bloqueio naval.

Noções de Legislação

16

De acordo com a Portaria nº 2.100, de 04.08.2021, a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul tem por finalidade realizar os serviços auxiliares indispensáveis ao pleno desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas do órgão de cúpula do Poder Judiciário. A referida Secretaria é integrada pela Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria Geral de Justiça e Conselho Superior da Magistratura.

À luz do mencionado ato normativo, é correto afirmar que está na estrutura da Presidência:

- (A) o Departamento de Precatórios;
- (B) o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas;
- (C) o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos;
- (D) o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
- (E) o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

17

Marcelino foi aprovado no concurso de Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, de modo que, no ato da posse, firmou compromisso de cumprimento das normas de conduta ética.

À luz do Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21.07.2021), é correto afirmar que ele assumiu o compromisso de:

- (A) atuar com assertividade e apreço pela verdade, salvo se tal atuação for contrária à pessoa interessada ou à administração;
- (B) manifestar-se em nome do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, mesmo que sem permissão da autoridade competente;
- (C) evitar assumir posição de intransigência, respeitando os posicionamentos e as ideias divergentes, sem prejuízo do dever de representar contra irregularidades;
- (D) buscar o desenvolvimento profissional e a aplicação das inovações surgidas na área de sua atuação, evitando, contudo, disseminar no ambiente de trabalho informações e conhecimentos obtidos em razão de treinamentos ou de exercício profissional;
- (E) observar os princípios e normas estabelecidos no aludido Código no âmbito de sua atuação funcional, de modo que não precisa atentar para tanto em sua atuação particular, ainda que isso possa comprometer o exercício de suas atribuições.

18

As autoridades competentes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul estão analisando a viabilidade de criação, elevação, rebaixamento e extinção de comarcas.

Nesse contexto, considerando o disposto no Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei nº 1.511/1994), é correto afirmar que é requisito essencial para a criação e instalação de uma nova comarca:

- (A) extensão territorial mínima de oitocentos quilômetros quadrados;
- (B) mínimo de cinco mil eleitores inscritos;
- (C) movimento forense não inferior a quatrocentos feitos judiciais;
- (D) população mínima de cinquenta mil habitantes;
- (E) trezentas casas na sede, pelo menos.

19

Diante da notícia acerca da reformulação de determinada carreira no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, Nayara ficou muito preocupada com a sua situação funcional, considerando ser servidora estável de um dos cargos que devem ser extintos.

Em razão disso, Nayara passou a perquirir as normas do Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006) acerca do tema, vindo a concluir corretamente que a extinção do cargo por ela ocupado:

- (A) deverá importar em sua exoneração, pois ela não cometeu qualquer falta funcional que pudesse ensejar a sua demissão;
- (B) não poderá importar em sua disponibilidade, por essa se tratar de penalidade aplicável a servidor que cometeu falta funcional;
- (C) deverá importar em seu aproveitamento em cargo ou padrão superior ao que ocupava anteriormente;
- (D) poderá importar em seu aproveitamento, sendo viável que esse se dê em cargo de padrão inferior ao que ocupava, situação em que ela terá direito à diferença salarial correspondente;
- (E) poderá importar em sua disponibilidade, com a mesma remuneração que percebia, independentemente de seu tempo de contribuição para a aposentadoria.

20

Joyce, estagiária junto ao Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, perguntou a Mariana, servidora ocupante exclusivamente de cargo em comissão, que trabalha no mesmo órgão, sobre a possibilidade de receber brindes e presentes no exercício de sua atividade.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Portaria nº 2.121, de 08.11.2021, Mariana respondeu corretamente que:

- (A) a vedação relacionada ao recebimento de brindes e presentes não se aplica aos estagiários, enquanto colaboradores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul;
- (B) é vedado o recebimento de quaisquer brindes ou presentes, ainda que não tenham valor comercial ou que sejam distribuídos por entidades sem fins lucrativos a título de divulgação;
- (C) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, caso não seja possível a devolução sem custos para o recebedor ou constrangimento perante a pessoa concedente, é necessário comunicar o fato aos órgãos competentes, para promover a doação para entidades sem fins lucrativos;
- (D) a vedação de recebimento de brindes ou presentes não se aplica àqueles que forem distribuídos por entidade de qualquer natureza por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, desde que não ultrapassem o valor de 1 (um) salário-mínimo;
- (E) é vedado o recebimento de brindes ou presentes, mas, se por qualquer razão, esses não puderem ser recusados, o fato deve ser comunicado ao gestor da unidade ou comitê de compliance, a fim de que sejam adotadas as providências pertinentes para tanto.

Conhecimentos Específicos

21

A qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade produtora em suas relações internas e externas é a:

- (A) unicidade;
- (B) organicidade;
- (C) proveniência;
- (D) indivisibilidade;
- (E) integridade.

22

Segundo a configuração que assumem de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação de seu conteúdo, permitindo que sejam denominados textual, iconográfico, entre outros, os documentos são classificados quanto ao (à):

- (A) tipo;
- (B) forma;
- (C) gênero;
- (D) espécie;
- (E) suporte.

23

Se há a necessidade de produzir um documento informativo que esclareça questões contidas em outros documentos e cujo conteúdo vá fundamentar uma resolução, deve-se fazer um(a):

- (A) termo;
- (B) circular;
- (C) apostila;
- (D) relatório;
- (E) decisão.

24

Visando ao tratamento do acervo arquivístico de uma instituição, o estabelecimento dos prazos de guarda dos documentos deve ser feito em seguida à:

- (A) seleção;
- (B) descrição;
- (C) classificação;
- (D) preservação;
- (E) identificação.

25

Para organizar documentos arquivísticos de um arquivo corrente, é necessário, inicialmente, elaborar o seguinte instrumento:

- (A) quadro de arranjo;
- (B) plano de classificação;
- (C) instrumento de pesquisa;
- (D) tabela de equivalência;
- (E) tabela de temporalidade.

26

No caso de um arquivo corrente em que o sistema de organização é numérico, a busca dos documentos será feita de forma:

- (A) direta, sendo preciso elaborar um instrumento de busca;
- (B) direta, com busca nos documentos sem mediação;
- (C) direta, por meio de uma tabela de equivalência;
- (D) indireta, sendo preciso elaborar um instrumento de busca;
- (E) indireta, com busca nos documentos sem mediação.

27

Com o objetivo de tornar perceptível a hierarquia entre as classes e suas divisões em um plano de classificação, alguns métodos podem ser utilizados como recurso.

São exemplos desses métodos:

- (A) duplex e decimal;
- (B) numérico simples e decimal;
- (C) geográfico e numérico simples;
- (D) dicionário e numérico cronológico;
- (E) dígito terminal e dicionário.

28

Se uma determinada empresa reúne correspondências com clientes e fornecedores de todo o país e tem interesse em realizar projetos regionais, a classificação e ordenação desse conjunto documental deve se dar utilizando:

- (A) o mesmo critério de ordenação em diferentes níveis;
- (B) o mesmo critério de ordenação em todos os níveis;
- (C) mais de um critério de ordenação em diferentes níveis;
- (D) mais de um critério de ordenação em cada nível;
- (E) mais de um critério de ordenação em todos os níveis.

29

Para um projeto de organização de massa documental acumulada, é importante a quantificação da documentação. Se os documentos estão predominantemente em estantes, essa quantificação é feita em:

- (A) unidades;
- (B) dossiês;
- (C) metros lineares;
- (D) metros quadrados;
- (E) metros cúbicos.

30

Se o acervo é formado por discos e fitas cassetes, a quantificação deve ser feita em:

- (A) unidades;
- (B) dossiês;
- (C) metros lineares;
- (D) metros quadrados;
- (E) metros cúbicos.

31

Considerada um dos elementos internos para a diplomática, a data tópica indica o:

- (A) ano, mês e dia;
- (B) ano e mês;
- (C) dia e mês;
- (D) produtor do documento;
- (E) lugar de onde o documento está datado.

32

A configuração que um documento assume de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas é a(o):

- (A) forma documental;
- (B) gênero documental;
- (C) formato documental;
- (D) tipologia documental;
- (E) espécie documental.

33

Uma instituição arquivística precisa elaborar um documento com fé pública para atestar alguma informação contida em um documento do acervo visando a dar informações solicitadas por um usuário.

O documento a ser elaborado é um(a):

- (A) ata;
- (B) certidão;
- (C) circular;
- (D) certificado;
- (E) comunicado.

34

Em um tipo de acervo encontram-se duas situações:

- I. documentos com prazo prescricional longo e pouca frequência de uso;
- II. documentos que perderam a vigência, porém possuem valor permanente.

O procedimento correto a que cada um desses conjuntos deve ser submetido é, respectivamente:

- (A) transferir para o arquivo corrente; recolher ao arquivo intermediário;
- (B) transferir para o arquivo intermediário; transferir para o arquivo permanente;
- (C) transferir para o arquivo intermediário; recolher ao arquivo permanente;
- (D) recolher ao arquivo corrente; transferir para o arquivo intermediário;
- (E) recolher ao arquivo intermediário; transferir para o arquivo permanente.

35

Para proceder à avaliação de documentos arquivísticos, é necessária a identificação dos valores dos documentos:

- (A) orgânico e fiscal;
- (B) administrativo e legal;
- (C) especial e especializado;
- (D) primário e secundário;
- (E) de proveniência e de organicidade.

36

No caso de um acervo composto de documentos públicos, a tabela de temporalidade do órgão precisa ser aprovada pela(o):

- (A) própria instituição;
- (B) presidência da instituição;
- (C) arquivo central da instituição;
- (D) Conselho Nacional de Arquivos;
- (E) instituição arquivística pública em sua esfera de competência.

37

Uma instituição contém documentos:

- I. cujas informações podem ser recuperadas em outros documentos;
- II. que se referem ao patrimônio imobiliário da instituição; e
- III. que são cópias de documentos permanentes.

A guarda de cada grupo de documentos supracitado deve ser, respectivamente:

- (A) temporária, temporária, temporária;
- (B) temporária, permanente, temporária;
- (C) temporária, permanente, permanente;
- (D) permanente, temporária, permanente;
- (E) permanente, permanente, permanente.

38

O plano de classificação, quando se aplica ao arquivo permanente, também pode ser chamado de:

- (A) guia;
- (B) catálogo;
- (C) quadro de arranjo;
- (D) tabela de equivalência;
- (E) tabela de temporalidade.

39

Ao estabelecer classes de um plano de classificação para um órgão onde as estruturas existentes são confusas e sofrem constante alteração, é adequado seguir o critério:

- (A) numérico;
- (B) geográfico;
- (C) estrutural;
- (D) funcional;
- (E) cronológico.

40

Ao fazer a descrição de um fundo utilizando a ISAD(G), as informações do fundo como um todo devem ser colocadas no nível de descrição de:

- (A) item;
- (B) dossiê;
- (C) subsérie;
- (D) série;
- (E) fundo.

41

Ao utilizar a norma ISAD(G), as informações sobre o percurso dos documentos até o ingresso no arquivo devem ser colocadas no seguinte campo:

- (A) acesso;
- (B) contexto;
- (C) conteúdo;
- (D) identificação;
- (E) documentação associada.

42

Entre os elementos de descrição da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE, é opcional o preenchimento do campo:

- (A) título;
- (B) data tópica;
- (C) nível de descrição;
- (D) dimensão e suporte;
- (E) condições de acesso.

43

Uma determinada instituição arquivística, apesar de não ter o acervo completamente organizado, precisa elaborar um instrumento de pesquisa para disponibilizar aos pesquisadores uma visão mais global do acervo e da instituição, isto é, um mapeamento geral.

O instrumento a ser elaborado será um:

- (A) guia;
- (B) inventário;
- (C) catálogo;
- (D) repertório;
- (E) índice.

44

Um setor recebe um conjunto de documentos originais do gênero cartográfico de grandes dimensões.

Para melhor atender às orientações da preservação, eles devem ser mantidos:

- (A) abertos, em mapotecas;
- (B) enrolados, em canudos;
- (C) enrolados, em mapotecas;
- (D) dobrados, em caixas;
- (E) dobrados, em pastas suspensas.

45

O modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (SIGAD) e-ARQ Brasil não contempla metadados específicos de gestão e descrição para documentos imagéticos.

Se o acervo contém documentos nesse formato, deve-se seguir a orientação de:

- (A) não utilizar SIGAD;
- (B) imprimir as fotografias;
- (C) criar os metadados específicos;
- (D) utilizar os metadados genéricos;
- (E) não incluir informações referentes às imagens.

46

Pensando na efetividade da implementação de políticas a serem definidas pelo arquivo em relação à gestão de documentos em uma instituição, o arquivista responsável deve sugerir à gestão superior que, na hierarquia da instituição, o órgão de arquivo esteja ligado diretamente ao(à):

- (A) órgão cultural;
- (B) órgão de memória;
- (C) órgão financeiro;
- (D) órgão administrativo;
- (E) presidência ou equivalente.

47

A qualidade do procedimento de digitalização depende da resolução adequada. O Decreto nº 10.278/2020 determina que a resolução mínima para todos os documentos, exceto mapas e plantas, seja de:

- (A) 200 dpi;
- (B) 300 dpi;
- (C) 400 dpi;
- (D) 500 dpi;
- (E) 600 dpi.

48

A certificação de conformidade do representante digital objetiva garantir a segurança dos procedimentos de conversão de suporte, de modo que o documento arquivístico digitalizado possa ser equiparado ao físico para todos os efeitos legais.

Essa certificação deve ser feita por:

- (A) servidor do Poder Judiciário, mediante assinatura eletrônica;
- (B) técnico da digitalização, mediante assinatura eletrônica;
- (C) presidente da CPAD, mediante assinatura com identificação;
- (D) arquivista responsável, mediante assinatura com identificação;
- (E) servidor em tecnologia da informação, mediante assinatura simples.

49

Os documentos físicos necessitam ser preparados para que estejam aptos aos procedimentos de digitalização.

Analise as ações de preparação a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

I – Higienização dos documentos

II – Verificação da existência de folhas soltas

III – Composição do representante digital

A sequência correta é:

- (A) V, V, F;
- (B) F, V, V;
- (C) V, F, V;
- (D) F, F, F;
- (E) V, V, V.

50

Para garantir a preservação e autenticidade de documentos arquivísticos digitais de valor permanente, é preciso:

- (A) mantê-los em um SIGAD;
- (B) salvá-los em um disco (HD) externo;
- (C) microfilmá-los e eliminar os originais;
- (D) imprimir-los e transferi-los ao arquivo permanente;
- (E) recolhê-los ao Repositório Digital Confiável (RDC-Arq).

51

O comitê do Proname (Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário) sugere a adoção, por todos os órgãos integrantes do poder judiciário, do seguinte programa de informática para descrição arquivística de documentos de valor histórico:

- (A) SIGAD;
- (B) Archivematica;
- (C) sistema de preservação digital;
- (D) Atom ou similar;
- (E) Atom, necessariamente.

52

Para definir os formatos de arquivo dos representantes digitais, o mais recomendado é que sejam:

- (A) fechado e proprietário;
- (B) fechado e padronizado;
- (C) fechado e não proprietário;
- (D) aberto e proprietário;
- (E) aberto e não proprietário.

53

O manual de digitalização de documentos do Poder Judiciário especifica as diretrizes e normas para a digitalização de documentos e processos judiciais e administrativos e para a gestão dos digitalizados.

Os tipos de documentos avulsos, ou integrantes de processos administrativos e judiciais, a que se aplica a digitalização são:

- (A) textuais, cartográficos e iconográficos;
- (B) textuais, audiovisuais e cartográficos;
- (C) cartográficos, audiovisuais e iconográficos;
- (D) micrográficos, cartográficos e audiovisuais;
- (E) informáticos, micrográficos e iconográficos.

54

O selo histórico não foi disciplinado pela Resolução CNJ nº 324/2020; portanto, deve ser disciplinado por cada órgão do Poder Judiciário. Os órgãos devem definir critérios para atribuição, os responsáveis pela solicitação e a decisão final, entre outros requisitos.

A confirmação institucional deve ocorrer por meio de decisão:

- (A) do servidor;
- (B) dos magistrados;
- (C) do Conselho Nacional de Justiça;
- (D) da Comissão Permanente de Avaliação Documental;
- (E) do programa Memória do Mundo.

55

João foi acusado, pelo Ministério Público, da prática de crime contra o patrimônio, sendo-lhe aplicada pena restritiva de direitos, além da imposição do dever de reparar o dano que causara. Pouco após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, João faleceu sem deixar patrimônio para os seus dois filhos.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que os dois filhos de João:

- (A) devem cumprir a pena restritiva de direitos, além de ressarcir o dano;
- (B) devem apenas ressarcir o dano, sem cumprir a pena restritiva de direitos;
- (C) devem cumprir apenas a pena restritiva de direitos, sem ressarcir o dano;
- (D) não devem nem cumprir a pena restritiva de direitos nem ressarcir o dano;
- (E) não devem cumprir a pena restritiva de direitos, e somente devem ressarcir o valor principal do dano, sem juros.

56

No processo de registro de candidaturas para determinada eleição, foi identificado que: (I) João não preencheu as condições de elegibilidade exigidas; (II) Maria foi alcançada por uma causa de inelegibilidade; e (III) Ana estava com os seus direitos políticos suspensos.

Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar que:

- (A) em I, a cidadania está ineficaz;
- (B) em todas as situações, a cidadania foi afetada apenas em sua acepção ativa;
- (C) tanto em I como em II, a cidadania foi afetada em suas acepções ativa e passiva;
- (D) em III, a cidadania foi afetada tanto em sua acepção ativa como em sua acepção passiva;
- (E) em III, foi reconhecida a perda de nacionalidade, que comprometeu o alistamento eleitoral.

57

Determinada temática está sujeita à competência legislativa concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal. Ao realizar essa constatação, Ana, deputada estadual que pretendia apresentar uma proposição legislativa sobre a referida temática, concluiu corretamente que:

- (A) as normas específicas editadas pelo estado preponderam sobre as normas nacionais editadas pela União;
- (B) os municípios não podem incursionar na temática, mesmo para complementar normas da União ou do estado;
- (C) os entes federativos podem legislar livremente sobre a temática, que irá vigor no respectivo nível federativo;
- (D) a superveniência de norma geral da União, que colida com norma estadual, não revoga esta última, apenas suspende a sua eficácia;
- (E) as normas gerais editadas pelo estado devem ser observadas pelos municípios situados em seu território, mas são preteridas pelas normas gerais da União.

58

No âmbito do município Alfa, estavam sendo realizados estudos visando à reforma administrativa municipal, sendo aventadas três possibilidades: (I) criar órgãos públicos despersonalizados, com competência para atuar em certas áreas; (II) ampliar o número de entes da Administração Pública indireta; e (III) criar novas secretarias municipais.

As possibilidades alvitradas nos itens I a III devem ser classificadas como exemplos, em ordem, de:

- (A) unipessoalidade, desconcentração e descentralização;
- (B) desconcentração, descentralização e desconcentração;
- (C) desconcentração, multipessoalidade e despersonalização política;
- (D) descentralização, desconcentração e multipessoalidade personalizada;
- (E) multipessoalidade despersonalizada, descentralização e despersonalização política.

59

Ana, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, foi acometida de grave patologia e, em consequência, aposentada por incapacidade para o trabalho. Algum tempo depois, perícia médica atestou a plena recuperação de Ana, que estaria apta a exercer as mesmas funções que exercia anteriormente.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) Ana foi regularmente aposentada, daí decorrendo o ato jurídico perfeito, com a definitividade do ato de aposentadoria;
- (B) é hipótese de aproveitamento de Ana, caso haja vaga e a aposentadoria tenha ocorrido há menos de cinco anos;
- (C) ocorrerá a reversão de Ana, considerando a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria;
- (D) Ana será readaptada, considerando a alteração da situação fática que motivou a sua aposentadoria;
- (E) Ana será reconduzida ao cargo ocupado em momento anterior à aposentadoria.

60

Marta, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no estado Alfa, estava conduzindo o veículo da repartição quando, agindo com imperícia, ingressou em local proibido e atropelou Ana.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, é correto afirmar, caso Ana almeje ingressar com a ação cabível para a reparação dos danos, que:

- (A) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, devendo ser provada a culpa de Marta;
- (B) somente Marta pode ser responsabilizada, considerando o caráter culposo de sua conduta;
- (C) o estado Alfa e Marta devem ser solidariamente responsabilizados, sendo exigida a prova da culpa desta última;
- (D) pode-se optar pela responsabilização do estado Alfa ou de Marta, devendo ser demonstrada a culpa desta última no exercício funcional;
- (E) apenas o estado Alfa deve ser responsabilizado, independente da demonstração da culpa de Marta, cabendo ação regressiva contra esta última.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

